

Silvia dos Santos Siqueira, Walter de Sousa Teixeira, Wilmar Henri-  
te e Virginia Corrêa de Souza. Havendo número regimental o Se-  
nhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberto o presente con-  
vênio. Não havendo Ota concluída para ser lida, nem Expende,  
nem como cradetes inscritos o Senhor Presidente, de imediato  
trasmportou os trabalhos à ORDEM DO DIA desta etapa foram aprova-  
dos os Pareceres Conjuntos das Comissões de Constituição, Justiça,  
Finanças, Documentos e Legislação, Redação final do Projeto de Lei n.  
157/85, contendo Mensagem Executiva nº 114/85. Nada mais havendo o  
Senhor Presidente, marcou uma reunião ordinária para  
terça-feira, dia quatro, às dezessete horas e encerrou o presente  
E, para cumprir, mandou que se levantasse esta Ota que, depois de  
lida, nulmetida à apreciação plimária, aprovada, para ser assumida,  
para que produza os seus efeitos legais.

*Antônio Carlos de Carvalho*

Ota da Vigésima Quarta Reunião Ordinária, do  
Segundo Período Ordinário, do ano de mil  
e novecentos e oitenta e cinco (1985), realiza-  
da no dia cinco de novembro, do ano em curso.

No dezessete horas do dia cinco de novembro  
do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco (1985), sob a presiden-  
cia do Vereador Givan Bezerra de Siqueira, Sr. Presidente, com a  
ocupação do primeiro e do segundo secretarias pelos Vereadores  
Quintance Ariel de Oliveira e Mauro José de Aguiar, reuniram-se or-  
dinariamente à Câmara Municipal de Cabo Frio. Plim dasmes, res-  
ponderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Antônio  
Carlos de Carvalho, Gaudêncio, Ota pelo Cabine dos Santos Correia,  
Geuz Silvia do Rocha, Almeida Ferreira de Souza, Dirley Pereira de

Silva, Osmar Cordeiro Moraes, Octávio Raja Gobiaglia, Silva dos Santos Siqueira Silva, Walter de Benna Teixeira, Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em nome de Deus declarou aberta a presente reunião. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da vigésima Quarta Reunião Ordinária, com a renovação do Vereador Antônio Carlos de Carvalho tendo solicitado fosse reafirmado o regimento da sua discursiva visto que, em momento algum no decorrer de sua fala, fizera menção a qualquer título do nome do Sr. Engenheiro Carlos Quilão, no que foi atendido pelo Senhor Presidente, com exceção logo após, o Senhor Presidente determinou a leitura do EXPEDIENTE, que contou do seguinte: Indicação nº 124/85, de autoria do Vereador Osmar Cordeiro Moraes, solicitou ao Excelemtíssimo Senhor Prefeito Municipal, calçamento para a Rua Máximo Gilho, no trecho compreendido entre a Rua Franço e Parque Burle, situadas no Jardim Paizara, entre Municipais. Requerimento nº 154/85, do Senor Vereador Manoel José de Aguiar, requer a danta Mesa, seja emenda Expediente ao Excelemtíssimo Senhor Ministro da Agricultura, solicitando estudos para a construção de terminal pereneiro na Região de Paizara. Foi lida e aprovada a leitura do Expediente e, como primeiro orador inscrito, ocupou o tribuna o Vereador ANA CÉLIA MATHIAS DOS SANTOS CORRÊA, iniciando sua fala dizendo que ocupava o P. P. para apresentar esclarecimentos sobre concursos realizados em outubro de 1984 para preenchimento de vagas de Agente Administrativo, datilógrafo e enfermeiros na Fundação Social dizendo ainda que ao longo dos meses haviam sido chamados 250 agentes administrativos e 20 enfermeiros, que os datilógrafos aprovados em março de 1985 até a presente data não haviam sido chamados para o P. P. no momento de sua suspensão pelo fato da Prefeitura estar colocando funcionários a disposição da Municipalidade em detrimento aos concursados que por certo estavam ainda desempregados, e que ainda não solicitava

aos Vereadores, independentemente de filiação partidária, no  
sentido de que fosse enviado requerimento tramitado em Plenário  
com os autógrafos de todos os componentes da Câmara, dirigido  
ao Superintendente do INAMPS, Senhor Luiz Antônio Santini no  
sentido de que fossem aprovados de imediato os funcionários  
concurrados pela Instituição. Surge nos sabedores da situação  
caótica vivida pela INAMPS, com servidores e até parte médica ven-  
do jogados no porão da Agência do JAPAS sendo precária as con-  
dições de atendimento, criticando o novo agente por haver tomado  
medidas precipitadas quanto a situação, por não do conhecimento  
do mesmo, dando dois meses anteriores que o impasse não  
era criado, criticando as medidas adotadas no Agente de  
INAMPS, enquanto o contribuinte passava pelas maiores dificulda-  
des e desconfortos. Surge que extranhava o posicionamento do  
Vereador Wilson Monteiro que antes de assumir uma cadeira  
na Câmara combatia o TIP, que presentemente tinha uma atti-  
tude que configurava uma antiteza, começando sua fala a reque-  
rer um do tribuna o Vereador WALTER DE BESSA TEIXEIRA apresenta  
protesto contra a situação vexatória vivida pela Previdência So-  
cial em Belo Horizonte, dizendo que a irresponsabilidade sendo do Go-  
verno Federal denotava o pouco caso da autoridade para um Mu-  
nicipio de tal importância e para com o Plano Tróphodora Di-  
re que, o dano do Plano de Urgência do INAMPS em Belo Horizonte confi-  
gurava um descalabro, uma total irresponsabilidade e que me-  
didas urgentes eram necessárias junto a Direção do Órgão. Di-  
re também que em anos anteriores, precisamente no Governo de Re-  
volução o INPS era utilizado como trampolim para jogadas po-  
líticas com agentes incompetentes dirigidos a autoridade e propo-  
cionando no presente tal estado de coisas, com tal emprego de  
dinheiro do povo. Assim exigia-se do P.R.D.B que apregoa a vol-  
ta do país no estado democrático, e ainda Partido que diminuiria  
a corrupção e a violação de sorte antes de arbitrio, uma realização  
a altura de sua pregação para com o cidadão como também no

denúciado popular. Disse que não podia aceitar que a Municipalidade colocasse o Posto de Urgência do INANPS junto ao Hospital dos Servidores Municipais, nem que antes houvesse uma assembleia dos servidores para que o assunto fosse discutido, que a decisão do Prefeito configurava uma ingerência na Associação dos Servidores Municipais de Cabo São, indagando-me sobre até quando se iria reclamar quanto aos Diretores do classe trabalhadora. Disse que o novo agente do INANPS em Cabo São iria encontrar várias dificuldades para levar avante sua missão, pois de certo não teria a cobertura necessária para tal missão e que era de se lamentar. Abordou o drama vivido pelo funcionário municipal com seus salários achatados, defendidos nem que houvesse uma perspectiva de melhoria, dizendo que os funcionários do município estavam recebendo salários ridículos, o que não poderia ser admitido, na oportunidade em que a Câmara aprovava a nova Estatuta do magistério municipal, dirigiu-se ao Prefeito na sentido de que não se restringisse apenas as palavras bonitas de uma reunião, mas que imediatamente colocasse em prática uma política salarial e a altura dos integrantes do magistério. Receu críticas ao Governo Municipal sob o aspecto em que envolvia a inovação de taxas, que segundo os intervenientes havia sempre a ausência do Senhor Prefeito, o exemplo do que ocorreu no betão com o Santo Morgado onde a Igreja Católica tinha sua propriedade ocupada. Disse também da urgência com a qual deveria ser resolvida a problema de enchentes nas ruas João Pessoa e Márcio Quintanilha, situação que se arrastava por muito tempo e que se constituiu em verdadeiro desafio, até em uma questão de forma para a Administração Municipal. Considerou dramático o momento vivido pelos moradores de local que imploravam uma solução a Administração Municipal, nem que houvesse uma perspectiva de melhor esperança. O

para ocupar a tribuna o Vereador DIRLEY PEREIRA DA SILVA, im-  
pondo sua fala criticando a Administração Municipal pelo estado pre-  
cário em que se encontravam diversas artérias do Município,  
exemplificando com a situação da Rua João Penna e as Ruas  
onde moravam os Vereadores Maurício José de Aguiar, Inácio Cor-  
deiro Moreira entre outras, o que se constituiu em uma vergonha  
para o Município de Cabo Frio, e que o mesmo acontecia em ó-  
rreas periféricas como Jardim Esperança, Boca do Mato. Disse  
que tal estado de descapelo administrativo era motivado pela  
carência de definições de obras prioritárias, visto nos imensos  
governos sem planejamento adequado. Criticou a Administração  
Municipal por não dar a devida importância aos Requerimentos  
& Indicações dirigidas ao Executivo, o que deu lugar a uma total  
omissão quanto aos problemas que affligem a comunidade, e  
que eram sempre levados a Câmara Municipal pelo Município. Em  
resposta, ocupou a tribuna o Vereador ARISTARCO ACIOLI DE OLIVEIRA,  
impondo sua fala dizendo que os problemas surgidos na Presidência  
do Social em Cabo Frio, motivando inclusive o despejo do Posto  
de Urgência era uma consequência dos deslizes cometidos pelo Go-  
verno Federal em vinte anos de excessão, e que só agora a Nova  
República começou a executar sua obra heptanuclear, lamen-  
tando que os resultados não pudessem ser imediatos, e que era  
perfeitamente compreensível. Disse que as críticas dirigidas a  
Nova República careciam de fundamentação, pois no período abran-  
gente já haviam sido criados um milhão e quinhentos mil empregos  
através da contratação de alunos nos estatais, e outras medidas  
concretas de grande alcance para o povo Brasileiro. Comentou  
sobre os dez primeiros meses do Governo da Nova República e  
das dificuldades encontradas para o restabelecimento de toda uma  
Nação emergente de um duro período de vinte anos de Governo  
de arbitria, reafirmando sua certeza de que a Brasil continuava  
com o Governo da Nova República um novo horizonte para  
as justas aspirações do seu povo. Proferindo, em longo comen-

Lúcio disse o seguinte: "Justificamos que a Liberdade com  
 que se fala hoje ainda não é completa, como não é completa  
 a amizade que foi tentada no Congresso Nacional, e que in-  
 felizmente por que as partes dos quartéis continuavam a-  
 lertas, nós não tivemos a amizade aprovada completamen-  
 te como era do desejo das lideranças civis que se vinam au-  
 da na contingência de ter que reduzir a uma expressão mais  
 simples porque dos quartéis ainda veio a forma de pressão  
 que fez com que a Deputada Beth Mendes tivesse que emgo-  
 lar para dentro o barão quando visitava o Uruguai ao la-  
 do do Presidente da República na companhia do seu tortu-  
 rador. Fortunados, vitimados pela repressão foram civis e  
 militares. Outro dia recebemos uma convocação das Forças Ar-  
 madas, apenas de ver um relatório do 2º Bat. por-  
 que parece lá se os aprisionamentos das melhores condições  
 técnicas militares são em nome do direito. O privilégio  
 de gozar uma posição junto as Forças Armadas de modo de-  
 temente, propomos a partir do 1º tomo de posse a capitã  
 Que neste momento se p. ter que aos militares que  
 foram banidos dos quartéis pelas suas idéias, pelo seu com-  
 portamento nacional, pelo seu comportamento vinculado  
 as coisas banais, que eles realmente foram recusados  
 e foram rejeitados. Comportamento igual se tentou para os  
 civis de mesma forma como qualquer militar poderia receber  
 os embolsamentos e a possibilidade de alcançar uma condição de  
 sub-tenente, tenente de capitão em igualdade de condições  
 e porque não aqueles que cursaram as Escolas Militares te-  
 niam esse privilégio, esse direito que a Revolução lhes ne-  
 gou e agora quer continuar a negar". Disse que era exigido  
 dos Vereadores que não ocupassem a tribuna para malen-  
 tar um pouco mais ainda as conversações que já haviam  
 sido tão fortunadas em passado recente durante vinte anos  
 de que as cobranças do Executivo Municipal fossem penta-

dos no bom senso, visto a Prefeitura não permitir um banco  
que a Prefeitura não tenha a "quitância" fabricando dinheiro  
para cobrir suas contas. Em resposta ao Vereador Walter  
de Bessa Teixeira, disse que gostaria também com as agruras  
dos moradores da Rua João Pessoa e adjacências entendendo  
que a situação era crítica e vexatória, que assim mesmo  
tomara conhecimento que a Prefeitura estaria iniciando  
trabalhos no local, visando ainda que de maneira provisó-  
ria amenizar o problema. Logo após, ocupou a tribuna o Ve-  
reador AÍRES BESSA DE FIGUEIREDO, disse que na condição de in-  
imóvel do Agente do INPS, tinha o dever de prestar os esclareci-  
mentos necessários quanto ao pronunciamento da Vereadora  
Ana Celso Mathias dos Santos Dornelã, que em seu pronuncia-  
mento falou sobre Simen Bessa de Figueiredo - Agente do  
INPS em Cabo São, e frisando que no Instituto de Aposentado-  
ria do Instituto Vereadora, o fato era que Simen Bessa era despedido de  
qualquer verdade. "O fato de ser citado por ele do  
como por exemplo o Instituto de Aposentado-ria do INPS por  
sim, eu, eu devia no fato de me ir, eu não me ir, eu não me ir, eu não me ir,  
móveis colocadas no imóvel não devem para ocupar todos os  
espaços, como empregada de autarquia e seu imóvel ganha  
ou muito pouco e talvez a ocupação do apartamento através do  
seu imóvel fosse uma forma de punição e de punição.  
Senhor Santini, no sentido de que o INPS contribuiu em Ca-  
bo São um prédio, ou alugando, que proporcionasse um aten-  
dimento digno a população cabofriense. Disse que residindo  
junto ao seu local de trabalho Simen Bessa teria condições de  
produzir mais, visto que ao tempo em que trabalhava no Terceiro  
Município, era normal e mesmo levar para sua residência um bom  
número de presentes para que o cunho daqueles papéis não fosse  
nem obstaculados por falta de tempo, em prejuízo para o con-  
tribuinte, que tal procedimento era uma prova de dedicação  
do seu imóvel, que a Vereadora Ana Celso sua col. g. do traba.

ela sabia que era verdade. Disse também que em certa ocasião por pressão, políticos quiseram retirar Zimere da Perícia Médica e que médicos e funcionários nem preve cavavam contra tais medidas, visto o conceito de seu irmão, junto a todos, por sua dedicação, seriedade e fiabilidade no trabalho. Disse que Zimere Berra teve ascendido ao seu colégio, após nomeado Agente do INPS em Cabo São, a inexistência quanto de quinhentos e pouco mil cruzeiros, o que realmente nada significava, tal a menor probabilidade de sua função, embora reconhecendo que vendendo em imóvel de propriedade do INPS, o seu irmão fosse realmente fazer um pouco de economia, o que era razoável, enfatizando que a Previdência Social tinha a frente dos seus direitos em Cabo São um moço sério, dedicado, responsável a causa pública, e jamais alguém poderia sequer arrastar a comprovada idoneidade moral de Zimere Berra de Siqueira. Disse que o seu irmão não sabia que ia por momento dar mais um passo, visto que a atual conjuntura política com um Governo menorado, ninguém podia afirmar nada, ninguém sabia o que podia acontecer em termos de nomeações, dizendo que existia um pedido para chefia para o Doutor Carlos Pitor Mendes da Rocha, que se arrastava por mais de trinta dias nos galímetros da autarquia, sabendo inclusive que já havia um outro médico indicado para o cargo. Quanto ao fechamento do Posto de Agência em Cabo São, disse que as providências haviam sido tomadas junto ao Superintendente de INAMPS, e que a consumação do despejo tinha obrigatoriamente que ser creditada a irresponsabilidade do referido Senhor e não ao Agente que mal acabara de tomar posse e que mesmo assim emudava todos os esforços a ação judicial movida pelo proprietário do imóvel, precomizando um melhor atendimento por parte do INAMPS em Cabo São, reafirmando sua confiança no trabalho o seu execu-

Toda por Jureme Berra, novo Agente, o Vereador Jureme Berra de  
Siqueiredo, encaminhou sua fala. Não havendo mais oradores ins-  
critos, o Senhor Presidente, de imediato, interrompeu os traba-  
lhos à DRDEM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas as seguin-  
tes matérias: Aprovada a Requerimento nº 154/85, de autoria do  
Vereador Mauro José de Azevedo. Aprovada a Indicação nº  
4185, de autoria do Vereador Osmar Correia Martins. Aprova-  
do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, no Projeto de  
Lei nº 156/85, contendo Homagem Executiva nº 119/85. Aprovado  
parecer da Comissão de Redação Simul no Projeto de Lei nº 155/85,  
contendo Homagem Executiva nº 118/85. Comissão de Orçamento do  
Dia.framugenda a palavra para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, foi um do  
mesmo o Vereador MAURO JOSÉ DE AZEVEDO, no sentido de requerer  
de sua autoria a ser enviado ao Ministro da Agricultura referente  
a construção de um terminal pequeno em Cabo São João, falando  
ainda do alcance do obra que considero um modicum para ser  
em Cabo São João, fator de fortalecimento da economia local. Por parte  
da administração municipal, colocamos comentários técnicos a respeito  
da matéria. Agradecemos ao Genert do CENAF, o C. B. João  
de Almeida pedido no sentido de que a Empresa providencie um  
comentário em tubulação próximo ao Banco Itaú, o mesmo aconte-  
cendo na Estação Saph do Arxial do C. B. e que a obra seja con-  
terena com equipes de dirigimda por os P. C. in. A seguir, foi um  
da palavra o Vereador WILMAR MONTEIRO, disse que os trabalhos  
de queixas de diversos pontos do Município com vistas as con-  
tamter falhas no fornecimento de energia elétrica, principalmente  
to quando em época de chuvas solicitando providências a EERJ,  
visto que as interrupções provocavam constantes danos nos apa-  
relhos elétricos, e ainda, entendia que a Empresa deveria ser res-  
ponsabilizada quanto aos prejuízos. Disse que fazia o registro  
para que no futuro os Vereadores fossem acusados de omissão  
quanto ao problema. Dirigindo-se o Vereador Ama Líbia Botelho  
Correia, disse que sempre fala contra o TIP e que o expressão u-

nada pela Seneadora, era contra antes de assumir o mandato  
 incornia em erro de avaliação quanto aos seus posicionamen-  
 tos, e que não aceitava a lei de Pernoç Italiano e fora o único  
 Seneador que votara contra o Código Tributário Municipal e  
 que habitualmente estudava as matérias que iam tramitar  
 para após o seu voto a favor ou contra e que não votava alea-  
 tóriamente, votava com conhecimento de causa e assumia a  
 responsabilidade dos seus atos. Quanto a Comissão designa-  
 da pelo Pano para solicitar esclarecimentos junto a CERS e  
 respeito da TIP, disse que a mesma por evidência não iria  
 resolver o problema, mas sim trazer luz a alguns detalhes  
 sobre os quais pairavam dúvidas, inclusive pelo determina-  
 ção da Empresa de não prestar assistência técnica ao Ox-  
 xiaial do Cabo, o que era um absurdo, e que se não ocupar  
 se o Tribunal para prestar os devidos esclarecimentos, o  
 pronunciamento da Seneadora Ana Célia Mathias Pereira tra-  
 ria mais uma vez dúvidas quanto a veracidade com que o  
 assunto estava sendo encanado pelo Legislativo. Em segui-  
 da ocupou o Tribunal p Seneador ALCINEDES FERREIRA DE SOUZA,  
 apresentou ao Plenário, exemplar do Jornal "O Globo" da-  
 tado de 27 de outubro de 1985, cuja edição trazia em página  
 inteira reportagem sobre o Senhor Márcio Werneck, abor-  
 dando pesquisas de menção a respeito das novas conceber-  
 ton sobre o Pavimento do Município, e que o jovem históri-  
 dor viajara para a França para profere conferências a res-  
 peito de suas tesias, que englobavam o próprio pavimento  
 do Brasil. Houve a Administração Municipal na pessoa do  
 Senhor Prefeito Municipal, que entendendo o alcance do traba-  
 lho contava também no ilustre cientista cabofrense, aplauda  
 para que a Municipalidade pudesse dar uma ajuda maior ao Se-  
 nhor Márcio Werneck. Quanto ao problema salarial dos pro-  
 fessores, disse que realmente havia uma disparidade em con-  
 frontação com o Estado, mas que afirmava ser desejo do Senhor

Prefeito Buncar recusou no sentido de dar uma numeração à oferta do valor do Registário Municipal, mas que com a leição da lei dos Registos e Reforma Tributária a justiça valaria bem a praticada. A seguir, fez uso do parlamento o Vereador ANTÔNIO CARLOS DE CARVALHO TRINDE, disse que vários oradores no ano com a palavra abordaram assuntos que ainda tinham a ver com o Município e começou pelo Vereador Aristarco Bristi de Oliveira, que durante quinze minutos se portava como senador, falando dos problemas de Brasília, para os quais já havia uma representação no Congresso Nacional e enfatizou que o importante era o posicionamento do Vereador quanto a problemática municipal. Quanto ao Vereador Aisen Berra, disse que o mesmo apressou fazer o elogio do seu irmão, Agente do Imposto em Cabo Frio e que também não importava para o Município, dizendo que a Câmara se utilizava na medida em que eram até dadas via solicitação exemplificando com a presença do Secretário Municipal de Turismo no Plemânia, para esclarecimentos quanto ao setor, que infelizmente fora negada pela Bancada do PLDB inexoravelmente. Criticou duramente o Secretário Municipal de Turismo dizendo que a mesma não participava, não registava sua presença no contexto do Município, cujo economia estava basicamente estruturada na corrente turística que demandava o Cabo Frio. Finalizando criticou o Governo da Nova República que ao seu ver nada de positivo estava fazendo pela Nação Brasileira, cometendo uma série de equívocos e de erros ainda solicitando a Bancada do PLDB que junto ao Senhor Prefeito Municipal propoziessimo a recomendação quanto a demissão do Engenheiro Juarez Marques Lopez, Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marcou uma reunião ordinária para quinta-feira, dia sete às dezessete horas e encerrou a provento. E para combater, mencionou que se levantasse esta Ata que depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será minimada para que produza os seus efeitos legais.